

Ano XXV nº 6502 – 17 de janeiro de 2022

Contraf e Fenaban se reúnem amanhã para debaterem sobre a Covid-19 nos bancos

O Comando Nacional dos Bancários (CONTRAF-CUT) se reunirá com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) amanhã, dia 18/01, às 14h, para debater medidas contra o crescimento do número de casos de Covid-19 na categoria. Na última terça-feira (11/01), os integrantes da Contraf-CUT solicitaram a marcação de uma reunião urgente com os bancos para debater o tema.

Desde o início do ano, os casos de Covid-19 aumentaram assustadoramente no setor bancário, levando o fechamento de centenas de agências e afastamentos de milhares de trabalhadores em todo o país.

Para conter a situação, os bancários defendem a retomada do home office e a adoção de protocolos sanitários rigorosos nas agências e demais locais de trabalho.



Nova reforma Trabalhista de Bolsonaro prejudica o trabalhador

Quatro anos depois da “reforma” Trabalhista promovida pelo golpista Michel Temer (MDB), o governo de Jair Bolsonaro, encomendou um estudo para embasar uma nova redução dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Trata-se de um documento de 262 páginas criado pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), que foi entregue ao Conselho Nacional do Trabalho no final de novembro de 2021. O GAET é um grupo formado por ministros, desembargadores e juízes da justiça do Trabalho, pesquisadores, procuradores, economistas e advogados. Foi criado em 2019 para avaliar o mercado de trabalho em relação à “modernização das relações trabalhistas”, segundo o governo.

O documento que Bolsonaro tenta emplacar pode alterar até 330 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com 110 regras novas, 180 alterações e 40 revogações. Na contramão de países como a Espanha, cujo governo revogou a reforma trabalhista neoliberal, o ocupante do Palácio do Planalto quer acabar de vez com os direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira.

Entre as sugestões mais prejudiciais do GAET estão: a liberação de trabalho aos domingos, a proibição do acesso de motoristas de aplicativo aos direitos previstos na CLT (como 13º, férias e FGTS), a legalização do locaute e o teletrabalho por demanda sem limite de horas e sem direito a hora extra.

O documento elaborado pelo GAET afirma que o estudo não representa a opinião do governo federal, mas foi elaborado sem a participação dos sindicatos ou de outros representantes dos trabalhadores. “Só isso já demonstra a falta de diálogo para que, de fato, o documento refletisse a visão e as propostas da classe trabalhadora”, alerta o Presidente da CUT Ceará, Wil Pereira. “Em 2017, ao promover a contrarreforma trabalhista, Michel Temer disse que o país iria gerar empregos. Atualmente, o Brasil tem mais de 13 milhões de desempregados e mais de 72 milhões trabalham de maneira informal, ou seja, retirar direitos e precarizar condições de trabalho não gera empregos”, afirma Pereira.

INSS suspende temporariamente perícias de revisão do auxílio-doença

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu temporariamente a realização das perícias para revisão de benefícios por Incapacidade (auxílio-doença), em razão da nova onda de Covid-19 no país. Com portaria do Ministério do Trabalho e Previdência, publicada no Diário Oficial da União na última quinta-feira, 13/01, a decisão já está valendo.

A suspensão vale para perícias marcadas desde o dia 12 de janeiro deste ano, tendo “em vista o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus”, diz a publicação.

Segundo o ministério, as perícias suspensas serão remar cadas para o segundo semestre, e o INSS comunicará aos segurados a nova data. Os segurados afetados pela suspensão das perícias continuarão recebendo os benefícios normalmente.